

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ENFERMAGEM
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA
PROFISSIONAIS DA SAÚDE – CEFPEPS**

**ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE PELO
ENFERMEIRO COM FOCO NA ATENÇÃO BÁSICA**

**Uberaba
2014**

CAROLINA AMÂNCIO VALENTE GOMES

**ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE PELO
ENFERMEIRO COM FOCO NA ATENÇÃO BÁSICA**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde – CEFPEPS – da Universidade Federal de Minas Gerais, Polo Uberaba, como requisito parcial à obtenção do parcial à obtenção do título de Especialista.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria José Cabral Grillo

**Uberaba
2014**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFMG

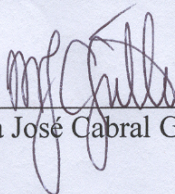
GOMES, CAROLINA AMÂNCIO VALENTE
ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE PELO ENFERMEIRO COM FOCO NA ATENÇÃO BÁSICA [manuscrito] / CAROLINA AMÂNCIO VALENTE GOMES. - 2014.
40 f.
Orientador: Maria José Cabral Grillo. Coorientador: Valda da Penha Caldeira.
Monografia apresentada ao curso de Especialização em Formação de Educadores em Saúde - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Enfermagem, para obtenção do título de Especialista em Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde
1.enfermagem. 2.educação permanente. 3.educação continuada. I.Grillo, Maria José Cabral . II.Caldeira, Valda da Penha. III.Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Enfermagem. IV.Título.

Carolina Amâncio Valente Gomes

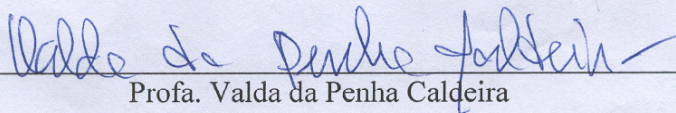
**“ABORDAGEM DA EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE
PELO ENFERMEIRO COM FOCO NA ATENÇÃO BÁSICA”**

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização de Formação Pedagógica para Profissionais de Saúde da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do Certificado de Especialista.

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Maria José Cabral Grillo(Orientadora)



Profa. Valda da Penha Caldeira

Data de aprovação: 13/02/2014

Belo Horizonte

DEDICATÓRIA

Dedico esta conquista, inicialmente, a Deus que me sustentou e me conduziu a cada dia, me permitindo superar as dificuldades e concluir com êxito este curso;

Ao meu marido Alexandre e à nossa filha Elisa, que ainda vai nascer, pelo carinho e pela paciência nas horas em que tive que me dedicar exclusivamente ao curso e deixar um pouco de lado meu papel de esposa;

Aos meus pais e aos meus irmãos que estiveram comigo durante todo o curso e contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui;

Às tutoras do CEFPEPS, Valda e Sharon, que tanto dedicaram de seu tempo e de sua sabedoria, me resgatando, sempre que era necessário, para eu pudesse alcançar este objetivo;

À minha orientadora, Maria José, que, mesmo à distância, esteve sempre presente, foi a “tia-avó virtual” da Elisa, contribuiu para o meu crescimento pessoal e profissional, e foi fundamental para a conclusão deste trabalho;

Às colegas do CEFPEPS, que tornaram os momentos presenciais não só instantes de aprendizado, mas também de diversão, descontração e amizade. Com vocês as coisas fluíram mais facilmente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para que eu pudesse me dedicar ao máximo a este curso e conseguisse cumprir com êxito mais esta missão.

RESUMO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 200, inciso III, atribui ao Sistema Único de Saúde (SUS) a competência de ordenar a formação de recursos humanos na área da Saúde. Diante disso, o Ministério da Saúde divulgou em 2004 a Portaria nº 198/GM, que instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) como estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor. No presente trabalho objetivou-se, através de uma revisão integrativa da literatura, por meio de levantamento bibliográfico em material eletrônico, identificar se EPS já está incorporada ao cotidiano dos profissionais enfermeiros da atenção básica e qual o conceito de educação permanente utilizado. Após dez anos de apresentação da PNEPS, ainda são encontradas confusões de conceitos a respeito de educação permanente e educação continuada, sendo que alguns autores consideram os dois termos comuns enquanto outros apontam diferenças marcantes de significados entre eles. Nos artigos analisados, enfermeiros e demais profissionais da atenção básica relatam suas experiências com ações de EPS. Verificou-se que os profissionais reconhecem a importância das atividades educativas, em suas mais diversas formas, incluindo EPS, cursos, especialização, seminários, entre outros. Entretanto, vários desses profissionais citaram fatores como atividades desenvolvidas fora do ambiente de trabalho, com conteúdos não relacionados com sua prática diária e sem possibilitar a participação efetiva de todos os envolvidos como fatores dificultadores da realização de tais atividades. Outro item presente nos discursos dos profissionais foi o predomínio de metodologias tradicionais durante o desenvolvimento das ações educativas.

Palavras-chave / Descritores: enfermagem, educação permanente e educação continuada.

ABSTRACT

The 1988 Federal Constitution, article 200, section III, gives to the Unified Health System (SUS) the authority to order the training of human resources in healthcare (BRAZIL, 1988), on this the Ministry of Health announced in 2004 Ordinance No. 198 / GM, which established the National Policy on Education Permanent Health (PNEPS) as SUS strategy for training and workforce development for the sector (BRAZIL, 2004). Therefore, the present work aimed to, through integrative literature through electronic bibliographic material, identify whether continuing healthcare education is already incorporated into the daily lives of nurses in primary care and that the concept of education constant is used. After ten years of presenting PNEPS, confusion of concepts are still found about permanent education and continuing education , and some authors consider the two common terms, while others point to striking differences in meaning between them. In the articles analyzed, nurses and other primary care professionals report their experiences with shares of EPS. Professionals point to factors such as the location and the time of completion of the activity, the content covered and the interference of these activities on the working process. It was found that practitioners recognize the importance of educational activities, in its many forms, including EPS, courses, specialization and seminars, among others. However, many of these professionals have cited factors like activities outside the work environment, with content unrelated to their daily practice without effective participation of all stakeholders as hindering factors of conducting such activities. Another gift in the speeches of professional item was the predominance of traditional methods during the development of educational activities.

Keywords: nursing, permanent education and continuing education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. OBJETIVO	13
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	14
3.1 Tipo de estudo	14
3.2 População e amostra	14
3.3 Instrumento de coleta de dados	15
3.4 Análise dos dados.....	15
4. SOBRE O CONCEITO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE.....	16
4.1 Política Nacional de Educação Permanente em Saúde	17
5. RESULTADOS.....	18
6. DISCUSSÃO	26
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS	35

1. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 200, inciso III, atribui ao Sistema Único de Saúde (SUS) a competência de ordenar a formação de recursos humanos na área da Saúde (BRASIL, 1988). Diante disso, o Ministério da Saúde tem desenvolvido várias estratégias e políticas voltadas para a adequação da formação e qualificação dos trabalhadores da saúde às necessidades de saúde da população e ao desenvolvimento do SUS. Uma dessas ações concretizou-se na Portaria nº 198/GM, de 13 de fevereiro de 2004, que instituiu a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) como estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor (BRASIL, 2004).

A PNEPS traz a educação permanente como aprendizagem no trabalho, em que o aprender e o ensinar incorporam-se ao cotidiano das organizações e ao trabalho. Define que os processos de capacitação dos trabalhadores da saúde sejam articulados a partir da problematização das práticas de trabalho e, ainda, que levem em consideração as necessidades de saúde das pessoas e tenham como meta a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho (BRASIL, 2006).

O entendimento da expressão educação permanente como aprendizagem no trabalho remete a uma aprendizagem direcionada aos problemas enfrentados na realidade de determinada instituição, realizada no próprio cotidiano de trabalho das pessoas e da instituição. Ainda, leva em consideração as experiências que esses trabalhadores já têm. Um dos principais objetivos das ações de educação na área da saúde é a transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho, daí a importância de se considerar as necessidades analisadas pelos trabalhadores no seu dia a dia (BRASIL, 2009).

A Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES), de 7 de novembro de 2001, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Enfermagem, em seu artigo 4º, apresenta as competências gerais requeridas para a formação do enfermeiro, quais sejam: atenção à saúde, tomada de decisões, comunicação, liderança, administração e gerenciamento e educação permanente (BRASIL, 2001). Importante lembrar que essas são competências denominadas gerais porque se encontram em todas as portarias que estabelecem as competências de profissionais da saúde, tais como: Resolução nº 4 do CNE/CES, de 7 de novembro de 2001, que estabelece DCN do curso de Medicina (BRASIL, 2001); Resolução CNE/CES nº 3, de 19 de fevereiro de 2002, que institui DCN do Curso de Graduação em Odontologia (BRASIL, 2002).

De acordo com as DCNs dos profissionais da saúde, a educação permanente deve acontecer tanto na sua formação quanto na sua prática e eles devem

[...] aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico /profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais (BRASIL, 2001).

O papel do enfermeiro no processo de educação permanente, no geral, acontece com a aquisição contínua de habilidades e competências que estejam de acordo com a realidade em que atua e que resultem em transformações qualitativas no processo de trabalho da enfermagem. As ações de educação permanente tornam-se viáveis sob o enfoque de atualização contínua, buscando inovar e suprir as necessidades de trabalho; porém, destaca-se a importância do comprometimento da instituição juntamente com o profissional, facilitando ou participando do planejamento e desenvolvimento de tais ações (PERES, CIAMPONE, 2006).

Especificamente na atenção básica, de acordo com a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), é de responsabilidade conjunta da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Estadual de Saúde a educação permanente dos profissionais desse nível de atenção, tendo como conteúdo mínimo as áreas estratégicas da atenção básica, acordadas na Comissão Intergestora Tripartite, acrescidas das prioridades estaduais, municipais e do Distrito Federal (BRASIL, 2006). Ainda, de acordo com a PNAB, está entre as atribuições mínimas dos enfermeiros da atenção básica, “supervisionar, coordenar e realizar atividades de educação permanente dos agentes comunitários de saúde e da equipe de enfermagem” (BRASIL, 2006).

Considerando que as DCNs foram aprovadas há mais de dez anos, há de se supor que o conceito de EPS já foi incorporado ao cotidiano dos docentes e discentes da graduação em enfermagem. Também já deve ser tema de trabalhos produzidos pela enfermagem, no mínimo nos últimos cinco anos.

Porém, segundo Silva e Sena (2003), implantar diretrizes implica em promover mudanças no âmbito educacional, passando a exigir da escola a criação de espaços e mecanismos para a reflexão e a tomada de decisão coletiva e envolve resistência e conflitos.

Portanto, é possível que as mudanças ainda não tenham sido consolidadas e a educação permanente ainda não seja um tema abordado pelo enfermeiro.

Diante do exposto, tornam-se relevantes os estudos que procurem identificar se processos ou ações de educação permanente estão sendo desenvolvidos pelos enfermeiros.

Nesta primeira aproximação ao tema, foi feita uma opção por um recorte com foco na atenção básica, considerando a prioridade que tem sido dada a este nível de atenção nos últimos 25 (vinte e cinco) anos depois da Constituição Federal de 1988.

2. OBJETIVO

Identificar se a EPS já está incorporada ao cotidiano dos profissionais enfermeiros da atenção básica e qual o conceito de educação permanente é utilizado.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Tipo de estudo

Foi realizada uma revisão integrativa da literatura, a partir de dados secundários, por meio de levantamento bibliográfico em material eletrônico.

A revisão integrativa consiste em uma análise ampla da literatura e contribui para discussões sobre métodos e resultados de pesquisas, assim como reflexões sobre a realização de futuros estudos. A revisão integrativa tem o potencial de construir conhecimento, produzindo um saber fundamentado e uniforme que ajuda os enfermeiros a realizarem uma prática clínica de qualidade (MENDES *et al.*, 2008).

Para a realização deste estudo foram seguidas as etapas propostas por Mendes *et al.* (2008), as quais são apresentadas a seguir.

Etapas de uma revisão integrativa:

- primeira: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa;
- segunda: estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos, amostragem ou busca na literatura;
- terceira: definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados;
- quarta: avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa;
- quinta: interpretação dos resultados;
- sexta: apresentação da revisão ou síntese do conhecimento.

3.2 População e amostra

Para nortear a coleta dos dados foi utilizada a seguinte questão norteadora: *Qual o conceito e quais ações de EPS estão sendo incorporados no cotidiano dos profissionais enfermeiros da atenção básica.*

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio do portal Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando os seguintes bancos de dados: LILACS, SCIELO, BDENF. Para a inclusão foram considerados os documentos disponíveis em texto completo *on-line*, que contassem com pelo menos um profissional enfermeiro entre os autores, publicados, em português, nos últimos 10 anos (outubro de 2003 a outubro de 2013), com foco na atenção básica.

Foi realizado cruzamento de três termos ou palavras: enfermagem, educação continuada e educação permanente. Ao se cruzarem os termos nas bases de dados LILACS, SCIELO e BDENF, foram encontrados 46 artigos sendo que, destes, apenas oito responderam a todos os critérios de inclusão.

Após seleção dos artigos, foi realizada a leitura dos mesmos buscando encontrar informações pertinentes, ou seja, que respondessem à questão norteadora.

Foram extraídas dos artigos as seguintes variáveis: ano e periódico de publicação, tipos de estudo ou delineamento da pesquisa, objetivos propostos, atividade descrita e conceito de educação permanente utilizado.

3.3 Instrumento de coleta de dados

Buscando otimizar a coleta dos dados e avaliação dos estudos selecionados, elaborou-se um instrumento com as variáveis de interesse (APÊNDICE).

3.4 Análise dos dados

De posse dos dados extraídos dos artigos, foram feitas a análise e a interpretação dos mesmos de forma a construir uma narrativa que descrevesse, de forma crítica, quais os resultados encontrados, tendo como referência o objetivo do estudo.

4. SOBRE O CONCEITO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE

Alguns autores usam indistintamente os termos educação continuada (EC) e o termo educação permanente (EP). Outros, contudo, apontam distinções, reforçando a não similaridade entre eles (BRASIL, 2004; CECCIM, 2005a, 2005b; SILVA, PEDUZZI, 2009).

Para Silva e Peduzzi (2009) a EC reduz as capacitações a treinamentos e reciclagens dos conhecimentos, pois envolvem atividades de ensino com tempos determinados e uso de metodologia tradicional, principalmente de transmissão de conhecimentos de forma passiva. Por outro lado, a EP utiliza a metodologia da problematização e a aprendizagem significativa nos processos educativos de trabalhadores da saúde para a melhoria da qualidade dos serviços e a transformação das práticas de saúde e de enfermagem. Para as autoras, na EP o processo de trabalho é o gerador das necessidades de conhecimento e das demandas educativas contínuas, que devem ter como referência as necessidades de saúde dos usuários e da população, da gestão setorial e do controle social em saúde.

Girade, Cruz, e Stefanelli (2006), ao fazerem uma reflexão sobre os conceitos de educação continuada, educação em serviço e educação permanente, utilizados nos processos de atualização do enfermeiro, com foco na assistência de enfermagem psiquiátrica, afirmaram que, apesar dos diferentes conceitos, todos buscam atender às necessidades da instituição, do desenvolvimento profissional e do desenvolvimento pessoal, com acréscimo de conhecimentos, aprimoramento de habilidades e promoção de mudanças de atitude. Afirmaram, ainda, que essas ações não estão concretamente inseridas no cotidiano dos enfermeiros, em especial dos que atuam em enfermagem psiquiátrica.

Ainda na área de saúde mental, Tavares (2006), após análise de dados colhidos de enfermeiros e técnicos de enfermagem, chegou à conclusão de que a EP é necessária e desejada pela equipe, mas as iniciativas neste sentido são individuais, ou seja, sem inserção institucional com foco no trabalho. Em seu estudo, ela usou como base conceitual a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS).

Silva *et al.* (2011) e Lima *et al.* (2010) também fizeram seus estudos tendo como referencial teórico a PNEPS. Para os primeiros, as propostas educativas comprometidas com a inovação e a transformação, mesmo que timidamente, começam a delinear novas formas de conceber o processo de trabalho. Essas propostas incluem, também, metodologias e técnicas de ensino e aprendizagem inovadoras e diferenciadas.

Lima *et al.* (2010) tiveram entre seus objetivos levantar as contribuições geradas pelo curso de formação de facilitadores de EPS, promovido pelo Ministério da Saúde, no processo de trabalho dos trabalhadores que fizeram o curso. Encontraram que 49,1% dos participantes apontaram facilidades para implementar a EPS no seu local de trabalho, mas 86,6% referiram alguma dificuldade nesse processo. Os costumes e as práticas cristalizadas foram os principais problemas apontados.

4.1 Política Nacional de Educação Permanente em Saúde

Em 2004, por meio da Portaria GM nº 198/2004, foi instituída a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS) “como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor” (BRASIL, 2004).

Em 2007, a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde foi reafirmada pelo Ministério da Saúde, por meio da Portaria GM/MS nº 1.996 (BRASIL, 2007), com o estabelecimento de novas diretrizes e estratégias para a sua implementação, de modo a adequá-la à lei orgânica do SUS (Lei nº 8.080) e às diretrizes operacionais e regulamento do Pacto pela Saúde. A Portaria GM/MS nº 1.996, de 20 de agosto de 2007, com base no Artigo 14 da Lei 8.080/1990, define que a condução regional da política nacional da EPS se dará por meio de colegiados de gestão regional, com a participação de Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço (CIES) (BRASIL, 2007). As CIES devem assessorar os colegiados de gestão regional na elaboração do Plano Regional de Educação Permanente (PAREP).

A EPS considera o processo de trabalho, como centro valorizado de ensino e aprendizagem e a transformação do mesmo, tomando como referência as necessidades de saúde das pessoas. É um processo educativo que coloca o cotidiano do trabalho em saúde a ser analisado em espaços coletivos de reflexão e avaliação dos atos produzidos no cotidiano (CECCIM, 2005a) baseado na aprendizagem significativa.

5. RESULTADOS

Foram selecionados e analisados oito artigos que responderam os critérios de inclusão, ou seja, documentos disponíveis em texto completo on-line, que contam com pelo menos um profissional enfermeiro entre os autores, publicados em português nos últimos 10 anos (outubro de 2003 a outubro de 2013) e com foco na atenção básica. No Quadro 1 eles são apresentados e caracterizados quanto aos autores e ao(s) objetivo(s) do estudo.

QUADRO 1 – Apresentação dos artigos que compõem a amostra quanto ao ano de publicação, autores, tipo e objetivo do estudo. Uberaba, 2013.

TÍTULO	AUTOR(ES)	OBJETIVO DO ESTUDO
Atividades educativas de trabalhadores na atenção primária: concepções de educação permanente e de educação continuada em saúde presentes no cotidiano de Unidades Básicas de Saúde em São Paulo.	Marina Peduzzi, Débora Antoniazzi Del Guerra, Carina Pinto Braga, Fabiana Santos Lucena, Jaqueline Alcântara e Marcelino da Silva.	Analisar a prática de atividades educativas de trabalhadores da saúde em Unidade Básica de Saúde (UBS) segundo as concepções de educação permanente em saúde (EPS) e de educação continuada (EC), processo de trabalho em saúde e enfermagem, trabalho em equipe e integralidade.
A proposta da EPS na atualização da equipe de saúde em diabetes mellitus.	Andreia Cristinha Seabra, Rodrigues, Gisele de Lacerda Chaves Vieira e Heloisa de Carvalho Torres.	Relatar a experiência do processo de EPS por meio de oficinas educativas em diabetes, na atualização da equipe de saúde da família em uma Unidade Básica de Saúde para a atenção integral e humanizada aos usuários com diabetes tipo 2.
Educação permanente no Programa Saúde da Família: um estudo qualitativo	Valdecir Zavarese da Costa, Marta Regina Cezar-Vaz, Leticia Silveira Cardoso e Jorgana Fernanda de Souza Soares.	Analisar a educação contínua no espectro do processo de trabalho do Programa Saúde da Família no Brasil, através de seus realizadores, o lugar de realização, o modo de desenvolvimento e a finalidade.
Ações de educação permanente desenvolvidas para os agentes	Maíra Rossetto e Luiz Anildo Anacleto da Silva.	Conhecer as ações de EPS que vêm sendo desenvolvidas para os agentes comunitários de saúde

comunitários de saúde.		(ACS) e, especificamente, como estas podem influenciar o seu processo de trabalho.
EPS: estratégia para a formação dos agentes comunitários de saúde.	Vanessa Baliego de Andrade Barbosa, Maria de Lourdes Silva Marques Ferreira e Pedro Marco Karan Barbosa.	Descrever e analisar o processo de educação dos agentes comunitários de saúde (ACS) utilizado pelos enfermeiros na Estratégia Saúde da Família.
Ações de educação permanente no contexto da estratégia saúde da família.	Valquiria Coelho Pina Paulino, Ana Lúcia Queiroz Bezerra, Nayla Cecília da Silva Silvestre Branquinho e Thatianny Tanferri de Brito Paranaguá.	Verificar o significado e as contribuições da educação permanente sob a ótica dos enfermeiros que atuam na estratégia saúde da família.
Educação permanente com agentes comunitários de saúde: uma proposta de cuidado com crianças asmáticas.	Maria Wanderleya de Lavor Coriolano, Marinus de Moraes Lima, Bianca Arruda Manchester de Queiroga, Lídia Ruiz-Moreno e Luciane Soares de Lima	Descrever uma ação educativa com agentes comunitários de saúde sobre conhecimentos relacionados à asma, adotando as diretrizes da PNEPS no contexto da atenção primária.
Educação permanente na estratégia saúde da família: repensando os grupos educativos	Cinira Magali Fortuna, Silvia Matumoto, Maria Jose Bistafa Pereira, Celiane Camargo-Borges, Lauren Suemi Kawata e Silvana Martins Mishima.	Analisar a vivência de uma equipe de saúde da família em ressignificar o modo como desenvolvem grupos educativos, durante processo de EPS.

Apesar de a busca ter sido feita considerando os últimos dez anos, todos os artigos foram publicados nos últimos cinco anos, sendo que um artigo (12,5%) foi publicado em 2009, três artigos (37,5%) em 2010, três artigos (37,5%) em 2012 e um artigo (12,5%) foi publicado no ano de 2013.

Dos artigos selecionados, três (37,5%) foram desenvolvidos no Estado de São Paulo, dois (25,0%) foram desenvolvidos no Estado do Rio Grande do Sul, e os demais, com um artigo (12,5%) cada, foram desenvolvidos nos Estados de Minas Gerais, Goiás e Ceará. Há, portanto, um predomínio das regiões sudeste e sul, com quatro (50,0%) e dois artigos (25,0%) respectivamente.

Quanto ao veículo de publicação, cada artigo foi publicado em um periódico diferente, totalizando oito periódicos. Destes, seis periódicos (75,0%) são voltados exclusivamente para a área da enfermagem enquanto os outros dois (25,0%) são periódicos multidisciplinares, mas também voltados para a área da saúde.

Quanto ao tipo de estudo, observa-se que houve predominância dos estudos primários com abordagem qualitativa do tipo descritivo exploratório, representados por três artigos (37,5%), seguidos por estudos primários com abordagem qualitativa dos tipos transversal, com um artigo (12,5%), pesquisa intervenção com um artigo (12,5%) e qualitativa simples com um artigo (12,5%). Ainda, entre os estudos primários houve um artigo (12,5%) com abordagem quantiqualitativa. Como estudo secundário houve somente um artigo (12,5%) do tipo relato de experiência.

Analisando os objetivos dos estudos, todos os oito (100,0%) possuem como parte de seu objetivo descrever e analisar atividades educativas realizadas com trabalhadores da saúde de unidades de saúde da atenção básica, sendo que quatro deles (50,0%) buscam relacionar essas atividades aos processos de trabalho desenvolvidos por esses profissionais. Um estudo (12,5%) objetivou verificar o significado e as contribuições da educação permanente sob a ótica dos enfermeiros que atuam na estratégia saúde da família.

No Quadro 2, a seguir, para cada título é apresentada a descrição do que foi desenvolvido em cada estudo envolvendo o tema EPS, em espaços da atenção básica em saúde.

QUADRO 2 – Descrição dos artigos analisados quanto a participantes, local, métodos, técnicas utilizado para coleta dos dados. Uberaba, 2013.

TÍTULO	DESCRIÇÃO
<p>Atividades educativas de trabalhadores na atenção primária: concepções de educação permanente e de educação continuada em saúde presentes no cotidiano de Unidades Básicas de Saúde em São Paulo.</p>	<p>Foram realizadas cento e dez entrevistas dirigidas, em um total de dez Unidades Básicas de Saúde (UBS), sendo em média 11 entrevistas por UBS, com informantes-chave indicados pelos dirigentes das unidades. Esses informantes eram representantes de todas as categorias profissionais e das equipes de trabalho de cada local. O instrumento foi composto por questões, como: tipo de atividade educativa, incluindo o(s) conteúdo(s) abordado(s), público-alvo, estratégias de ensino, local de realização da atividade, origem da demanda, e duração (em horas). Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, e as informações foram sistematizadas em categorias operacionais.</p>
<p>A proposta da EPS na atualização da equipe de saúde em diabetes mellitus.</p>	<p>A metodologia de atualização das equipes de saúde da família em diabetes foi a EPS por meio de oficinas educativas. As atividades educativas com a equipe de saúde da família foram organizadas em dois momentos: primeiro momento – seminário para a apresentação e discussão da proposta de intervenção; e segundo momento – atualização da equipe de saúde por meio de oficina educativa sobre diabetes. Essa atualização foi estruturada em três etapas sobre os seguintes aspectos:</p>

	<p>atualização conceitual sobre diabetes mellitus; nutrição e alimentação saudável; e importância da prática de atividades físicas, tais como pé diabético e automonitoração. Os temas foram abordados por dinâmicas lúdicas, jogos educativos, estudos de caso, painel e preleções. Participaram das atividades educativas os técnicos e auxiliares de enfermagem, enfermeiros, médicos, psicólogos, dentistas, assistente social, docentes dos cursos de Fisioterapia, Nutrição e Enfermagem, e acadêmicos de Enfermagem.</p>
<p>Educação permanente no programa saúde da família: um estudo qualitativo</p>	<p>Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com 65 trabalhadores enfermeiros que compõem cada uma das 65 equipes básicas do PSF, de 12 municípios pertencentes à 3ª Coordenadoria Regional de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (3ª CRS/RS), contemplando 49 Unidades de Saúde da Família.</p>
<p>Ações de educação permanente desenvolvidas para os agentes comunitários de saúde.</p>	<p>Foram entrevistados 26 agentes comunitários de saúde com perguntas como: “Quais as ações de educação permanente que você vivencia?”; “Como se desenvolvem os programas de educação permanente na sua realidade?”; “Como esses programas de EPS influenciam no seu trabalho diário?”</p>
<p>EPS: estratégia para a formação dos agentes</p>	<p>Realizada entrevista semiestruturada com 17 enfermeiros que atuam na</p>

comunitários de saúde.	ESF de Marília (SP), tendo a seguinte questão norteadora: “Como você trabalha com o processo de educação dos agentes comunitários de saúde?”
Ações de educação permanente no contexto da estratégia saúde da família.	Foram entrevistados 12 enfermeiros que atuam na ESF de um distrito sanitário do município de Goiânia (GO). Foi utilizado um questionário enfocando seu entendimento sobre educação permanente, as vivências de educação permanente na ESF, as dificuldades, facilidades e contribuições nessa vivência.
Educação permanente com agentes comunitários de saúde: uma proposta de cuidado com crianças asmáticas.	Formulou-se uma ação educativa com agentes comunitários de saúde sobre cuidados preventivos para crianças com asma. Participaram do estudo 34 agentes comunitários de saúde, trabalhadores de três ESF. Como instrumentos para a coleta de dados, utilizou-se uma avaliação objetiva pré-teste, autopreenchida pelos participantes do estudo antes da ação educativa, a qual abordava variáveis biológicas (sexo, idade), socioeconômicas e demográficas (renda familiar, escolaridade, tempo de trabalho), conhecimentos sobre mitos relacionados à asma. Após a ação educativa, realizou-se uma avaliação pós-teste, com perguntas sobre mitos relacionados à asma. Na ação educativa, foram realizados três grupos focais vivenciais (um composto por dez participantes e os outros

	dois com 12 participantes), sendo realizados cinco encontros com cada grupo.
Educação permanente na estratégia saúde da família: repensando os grupos educativos	Realizaram-se encontros grupais com a equipe de saúde da família, nos moldes metodológicos da EPS (8), para análise do trabalho de grupos desenvolvido com a população. Houve a participação sistemática dos seguintes profissionais: um enfermeiro; seis agentes comunitários de saúde; um médico; um coordenador da equipe; duas técnicas de enfermagem; duas auxiliares de limpeza; dois médicos residentes em saúde da família. O grupo contou, também, com a participação eventual de um docente do curso de odontologia, quatro estagiárias do curso de enfermagem e de psicologia. Ocorreram 26 encontros grupais, tendo média de quinze integrantes por encontro e duração de uma hora e trinta minutos cada.

A análise das atividades descritas em cada um dos estudos selecionados mostra que em cinco deles (62,5%) foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais da saúde buscando caracterizar as atividades educativas que tais profissionais realizam ou das quais eles participaram. Em outros três estudos (37,5%) são relatadas experiências de ações educativas realizadas nos moldes da EPS visando obter respostas dos próprios participantes acerca de ações de EPS. Nota-se, ainda, que três estudos (37,5%) foram direcionados a enfermeiros, três (37,0%) foram direcionados a agentes comunitários de saúde (ACS) e nos outros dois estudos (25,0%) a abordagem foi feita com a equipe multiprofissional que compõe a estratégia de saúde da família (ESF). Destaca-se que, dos três estudos que realizaram ações educativas, dois (66,6%) trabalharam com equipe multiprofissional e um (33,3%) trabalhou somente com agentes comunitários de saúde.

6. DISCUSSÃO

Os artigos selecionados foram analisados segundo o conceito de EPS utilizado e ainda segundo a forma como suas ações estão inseridas no cotidiano de enfermeiros da atenção básica.

A ocorrência de um predomínio de artigos publicados nas regiões reconhecidamente mais desenvolvidas do País e de terem sido publicados nos últimos cinco anos torna possível inferir que, por mais que se trate de uma política inserida em 2004, o tema EPS ainda não faz parte do cotidiano dos enfermeiros ou, no mínimo, ainda não é um tema que despertou interesse dos enfermeiros pesquisadores.

Por outro lado, quanto ao conceito de EPS, em todos há referência ao conceito de EPS proposto na PNEPS. Na perspectiva de fortalecer a possibilidade transformadora embutida naquele conceito, alguns autores desenvolvem seus argumentos tendo como base autores renomados como Ricardo Ceccim e Paulo Freire. Ambos discutem a educação como um processo voltado para a realidade e para as necessidades dos trabalhadores, que valoriza o processo de trabalho e visa provocar mudanças nesse meio.

Fortuna *et al.* (2013) destaca EPS como política de educação estratégica para as equipes de saúde, permitindo que estas possam desenvolver o processo de trabalho, incluindo diferentes saberes e sujeitos que transitam nos serviços de saúde. Discorrem sobre a importância da utilização da EPS como meio de analisar e refletir sobre questões ligadas ao trabalho diário dos profissionais da estratégia saúde da família, mais precisamente sobre os grupos de saúde realizados com a comunidade.

Rodrigues, Vieira e Torres (2010) destacam o fato de as ações de EPS partirem da reflexão crítica sobre os problemas referentes à qualidade da assistência, assegurando a participação coletiva, multiprofissional e interdisciplinar, que favorece a construção de novos conhecimentos e intercâmbio de vivências, e representa o esforço de transformar a rede pública de saúde em um espaço de ensino e aprendizagem no exercício do trabalho. Tal consideração vai ao encontro das ideias de Barbosa, Ferreira e Barbosa (2012) quando dizem da importância da participação de todos os profissionais nos momentos de educação, uma vez que a mudança da prática acontece quando os sujeitos têm a possibilidade de revisitar suas

ações e refletir sobre elas, encontrando novas perspectivas para sua atuação, e a troca de saberes propiciará a construção do conhecimento novo.

No estudo de Paulino *et al.* (2012), ao relacionarem EPS e ESF, as autoras destacam que, na ESF, a educação permanente constitui-se como um instrumento essencial na capacitação e na qualificação dos profissionais, buscando as lacunas de conhecimentos e atitudes que representam parte dos problemas identificados no cotidiano dos serviços e dando subsídios para que eles possam entender e atender às necessidades de saúde da população, contribuir na organização dos serviços e na formação dos profissionais da área da saúde.

Em relação à forma como as ações de EPS estão inseridas no cotidiano dos enfermeiros da atenção básica, houve dois tipos de abordagem nos estudos analisados. Três estudos utilizaram a realização de uma ação educativa nos moldes da EPS, a fim de estimular os trabalhadores a refletirem sobre como eles têm realizado suas práticas educativas em saúde. Nesse sentido, Rodrigues, Vieira e Torres (2010) realizaram uma ação educativa com a equipe multiprofissional, acadêmicos e docentes que atuavam na Unidade Básica de Saúde.

A atividade foi realizada em dois momentos, sendo o primeiro para uma aproximação com os profissionais, sugestão do cronograma e disponibilização de uma caixa de sugestões de conteúdos a serem abordados em local visível, para participação de todos. A utilização da caixa de sugestões permitiu verificação das verdadeiras necessidades de aprendizado. As autoras buscaram estratégias metodológicas diferentes, baseadas no diálogo e na interação, como a dinâmica de círculo. Já o segundo momento foi composto pelas oficinas de atualização da equipe de saúde no tema diabetes mellitus. A metodologia utilizada para a abordagem dos conteúdos baseou-se em dinâmicas lúdicas, álbum seriado, jogos educativos, estudo de caso, painel e preleções, proporcionando discussões construtivas sobre os temas abordados.

De acordo com as autoras, os profissionais também demonstraram uma preocupação de problematizar acerca do despreparo dos profissionais em relação ao “saber educar”, relacionando essa carência à sua formação tradicional. Segundo as autoras, a EPS contribuiu para a integração dos indivíduos, fortificou o comprometimento profissional e desenvolveu a consciência de grupo. Consideram ainda que o intercâmbio e a análise das informações favoreceram a aprendizagem multiprofissional e interdisciplinar, na qual ação/reflexão/ação foram concebidas ao mesmo tempo. Os profissionais foram levados a fazer uma autoanálise, colocando o modo de trabalho em questão, a fim de transformar as práticas existentes.

No estudo de Fortuna *et al.* (2013), as autoras propuseram encontros grupais com a equipe multiprofissional que compõe a ESF, também nos moldes metodológicos da EPS, para discutir a forma como os profissionais da saúde vem realizando grupos de educação em saúde realizados com a comunidade. As autoras também iniciaram a ação com um levantamento das expectativas dos participantes. Com a realização dos grupos, constatou-se a importância da utilização da EPS como meio de analisar e refletir sobre questões ligadas ao trabalho diário dos profissionais da estratégia saúde da família, mais precisamente sobre os grupos de saúde realizados com a comunidade. No desenvolver da ação educativa os trabalhadores discutiram não só as questões teóricas trabalhadas nos grupos, mas também questões ligadas ao processo de trabalho que poderiam interferir na realização dos grupos. Assim como no estudo de Rodrigues, Vieira e Torres (2010), os participantes levantaram questões relativas à necessidade dos profissionais de “saber educar”, ou ainda sobre necessidades relacionadas a manejo de grupos.

Coriolano *et al.* (2012) também realizaram ações educativas fundamentadas no conceito de EPS e ainda promoveram entrevistas a fim de verificar concepções antes e após as ações propostas. Foram realizados grupos focais com ACS, acerca dos cuidados preventivos para crianças asmáticas, baseados na metodologia da problematização e na aprendizagem fundamentada em problemas e conduzida à luz do arco de Maguerez.

Os grupos focais foram conduzidos tendo como ponto de partida a realidade de trabalho dos ACS, com seus conhecimentos prévios. Finalizou-se com a proposição de orientações sobre cuidados ambientais aplicáveis à realidade das crianças asmáticas e suas famílias. Houve participação efetiva dos ACS nas discussões propostas e ainda, uma satisfatória aquisição de conhecimento ao final da atividade educativa. Durante a ação educativa, os autores buscaram instigar os participantes a construir o conhecimento mediante problemas existentes na sua realidade e problemas fictícios elaborados. Nesses momentos, os educandos expressavam saberes anteriores e saberes adquiridos durante o processo ensino/aprendizagem, com o objetivo de transformar a realidade das crianças/famílias asmáticas nas microáreas de atuação.

De acordo com os autores, os entrevistados mostraram perceber escassa eficácia nas ações educativas que desenvolvem com a comunidade, sendo as mesmas realizadas num molde unidirecional e prescritivo, no qual o trabalhador da saúde dita os padrões a serem seguidos, enquanto ao usuário cabem apenas a assimilação da informação e a mudança no seu

comportamento. Os ACS, ao final da ação de EPS, ressaltam a importância de se considerar nos processos de educação permanente o cotidiano do trabalhador da saúde para a abordagem dos conteúdos, de forma que o conhecimento apreendido possa ter aplicabilidade e efetividade.

Observa-se que, nos três estudos analisados, houve uma autocrítica dos participantes a respeito da forma como eles próprios vêm desenvolvendo ações de educação em saúde com a comunidade. Os profissionais citam a necessidade de “saber educar” e ainda de saber conduzir grupos. Como citado por Rodrigues, Vieira e Torres (2010) tal carência pode ser atribuída à formação tradicional pela qual passaram esses profissionais em sua vida escolar e acadêmica, refletindo em ações educativas centradas no repasse unidirecional de informações, através do qual o profissional dita as regras e o usuário cumpre as mesmas.

Os outros cinco estudos analisados utilizaram como metodologia a realização de entrevistas semiestruturadas, buscando caracterizar as ações educativas que vem sendo desenvolvidas para ou pelos profissionais da saúde que participaram dos estudos.

Barbosa, Ferreira e Barbosa (2012) identificaram, em entrevistas com profissionais enfermeiros, que esses profissionais utilizam das reuniões semanais que realizam com ACS para discussão de atividades gerenciais e de educação, sem se preocupar com qualquer referencial a ser adotado. Os entrevistados referiram ainda dividir a educação com os outros profissionais da equipe, como o médico e o dentista. Para os autores, tal fato constitui um dificultador, pois não permite sequência nos trabalhos realizados. A partir dos depoimentos, os autores perceberam uma prática educativa influenciada pela metodologia tradicional. Pelos discursos dos enfermeiros, percebeu-se que eles mesmos determinam os conteúdos a serem abordados e procuram passar aos ACS aquilo que acreditam ser o “certo”. Isso mostra o despreparo dos enfermeiros para atuarem como educadores e utilizarem metodologias diferentes da tradicional em suas atividades educativas.

Os depoimentos dos enfermeiros mostram que dificilmente ocorre educação permanente nos encontros entre enfermeiros e ACS, na forma como prevê a PNEPS. Os enfermeiros dizem fazer EP, mas desconhecem a PNEPS. Os enfermeiros desse estudo organizam as atividades de educação dos ACS nas unidades de saúde da família, fundamentadas pelo ensino tradicional, de natureza verticalizada, respeitando a hierarquização da equipe e tendo o enfermeiro no comando.

Notou-se que alguns enfermeiros se preocupam com as necessidades dos ACS, sabem que as atividades educativas devem partir da realidade na qual os trabalhadores estão inseridos e devem buscar mudança das práticas de saúde, porém não utilizam estratégias para alcançar esse objetivo.

No estudo de Peduzzi *et al.* (2009), as autoras buscaram caracterizar as ações educativas desenvolvidas na atenção básica através de entrevistas com equipes multiprofissionais da ESF. Segundo o tipo de atividade realizada, predominaram as atividades centradas na integralidade, consideradas em suas diferentes combinações de ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, fato que, segundo os autores, representa o princípio constitucional do SUS refletido na organização de serviços de atenção primária à saúde.

Com relação ao público-alvo, as autoras constataram que predominam atividades educativas voltadas para o público-alvo de uma área profissional específica, refletindo fragmentação das ações de saúde e a tradição do trabalho individualizado por categorias. Outro fator observado foi o fato de a maioria das atividades ocorrerem em ambientes externos à área de serviço dos profissionais, fator dificultador quando exige que o profissional se desloque para participar da atividade. Esse fato reflete a dificuldade da unidade de saúde em gerar suas próprias demandas por meio da identificação de suas necessidades em termos locais. As autoras atribuem o predomínio de demandas externas, em parte, à organização do processo de trabalho e, também, à estrutura e ao porte das UBSs, que contam com reduzido pessoal de apoio direto à gerência do serviço, dificultando a operacionalização da educação no trabalho como um instrumento do processo de trabalho gerencial.

Diferente do encontrado no estudo de Coriolano *et al.* (2012), as entrevistas demonstraram presença marcante de estratégias de ensino participativas, que preconizam a reflexão sobre as práticas de saúde em espaços de discussão coletiva. Entretanto, muitos aspectos relacionados à Educação Continuada (EC) ainda foram encontrados, principalmente no que diz respeito ao público-alvo específico e à predominância da origem externa da demanda e do local externo de realização das atividades educativas. Dessa forma, os autores evidenciaram a convivência das concepções de EPS e EC nas ações educativas de trabalhadores de UBS na região estudada.

Costa *et al.* (2010), ao realizar entrevistas com 65 enfermeiros que compõem equipes da saúde básicas do PSF em 12 diferentes municípios, constataram que 38 enfermeiros

referiram o desenvolvimento pleno da EPS no PSF. Outro grupo de 16 enfermeiros fez referência ao desenvolvimento parcial da EPS (referiram experiências em educação continuada, cursos, treinamentos, especialização, reuniões de trabalho, entre outras, não os caracterizando como EP), enquanto 11 trabalhadores relataram o não desenvolvimento da EPS, sem argumentar a respeito dos limites e possibilidades para sua implantação e implementação no trabalho da ESF.

Entretanto, a maioria dos profissionais entrevistados assumiu-se como responsável pelo desenvolvimento das atividades de EPS, sendo que alguns profissionais relataram o compartilhamento desse trabalho com outros profissionais, como médico, dentista, etc.

Quanto ao local de realização das atividades de EPS, verificou-se que as mesmas são realizadas na própria unidade de saúde ou em locais coletivos pertencentes à comunidade, quando estas são realizadas pelos próprios enfermeiros. Já as atividades desenvolvidas por outras instituições ocorrem em ambientes externos ao território de abrangência da equipe.

Ainda sobre o estudo de Costa *et al.* (2010), ele demonstrou que quando os enfermeiros são os responsáveis, as atividades são realizadas com frequência semanal ou quinzenal e inseridas na carga horária de trabalho dos profissionais. As atividades desenvolvidas em ambientes externos são realizadas por meio de convites aos trabalhadores e têm como finalidade a disponibilização de cursos temáticos, de modo complementar à formação profissional, ministrados em formato de aulas expositivas por especialistas no assunto.

Quando questionados sobre a finalidade das ações educativas, os enfermeiros citaram, entre outras categorias, a qualificação do trabalhador (subdividida em trabalhadores de nível superior e trabalhadores de nível técnico) e a qualificação da organização do trabalho. Para profissionais de nível superior (enfermeiros e médicos) a finalidade da EP é promoção de um conhecimento complementar ao da formação profissional. Para trabalhadores de nível técnico (auxiliares de enfermagem e ACS), a finalidade da EP é referida como a preparação e a adequação do trabalhador no processo de inserção no trabalho do PSF. Os profissionais caracterizaram EPS como meio de instrumentação profissional que facilita o alcance dos objetivos do trabalho no PSF, mas referiram que essa instrumentalização não é suficiente para atingir uma transformação da realidade.

Percebe-se nesse estudo, assim como no de Peduzzi *et al.* (2009), uma miscigenação entre características de EPS (atividades desenvolvidas pelos enfermeiros, no local e no horário

de trabalho) e características de EC (atividades desenvolvidas em ambientes externos, com conteúdos definidos também fora da unidade de saúde e com a finalidade de qualificação do trabalhador).

No estudo realizado por Paulino *et. al.* (2012) foram entrevistados 12 enfermeiros a fim de analisar o significado e contribuições das ações de EPS. Através das entrevistas, os autores observaram que o processo de educação permanente está presente no cotidiano da ESF, através uma parceria entre as Secretarias Municipal e Estadual de Saúde e a Universidade, que oferece diversas capacitações com o intuito de qualificar principalmente os profissionais que atuam na ESF. Segundo os enfermeiros entrevistados, o processo de educação permanente traz contribuições para a qualificação dos trabalhadores, para a identificação de possíveis falhas no atendimento, para a conscientização das necessidades reais de saúde dos usuários, na organização e funcionamento do serviço, para o trabalho em equipe, aperfeiçoamento, atualização e mudanças na prática. Entretanto, apesar de reconhecerem a importância dessas ações, os enfermeiros referiram desconhecer indicadores específicos de impacto das ações de educação permanente.

Por meio das entrevistas, as autoras perceberam que, de acordo com os enfermeiros, as capacitações melhoram o processo de trabalho, pois permitem uma reflexão sobre a forma de agir e organizar o trabalho. Os enfermeiros revelam que a motivação para a participação nas atividades é a vontade de aprender dos profissionais, atrelada ao trabalho em equipe e à responsabilidade com a comunidade.

Rosseto e Silva (2010), ao entrevistarem 26 ACS a fim de conhecer as ações de EPS que vêm sendo desenvolvidas para esse grupo, constataram que as mesmas são compostas por palestras, seminários e atividades, em conjunto com a universidade local e outras instituições. Não há clareza nas respostas dos sujeitos da pesquisa se as atividades educativas são desenvolvidas a partir de um diagnóstico de necessidades, ou se são atividades previstas na academia e desenvolvidas nos serviços. Notou-se o predomínio de treinamentos referentes aos programas de saúde pública e assuntos como gestante, uso de drogas, hipertensão, diabetes, saúde mental, etc. Alguns entrevistados falaram sobre a influência da EPS em sua atuação profissional e na atenção ao usuário, enquanto outros citaram a necessidade que possuem de buscar mais qualificação.

Segundo os autores, não há planejamento das ações de educação permanente, as mesmas são pontuais, sem critérios para a definição dos conteúdos, são desenvolvidas por

peças alheias ao ambiente de serviço, estão centralizadas no tecnicismo e destoadas do processo de trabalho. Não há um planejamento das ações, com elaboração de cronograma e definição de objetivos ou metas. O estudo mostra que os serviços de saúde que comportam ações dos ACS não identificam as demandas educativas e, conseqüentemente, não proporcionam ações educativas sistematizadas, contínuas e permanentes, de acordo com as necessidades dos sujeitos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de EPS, como o conhecemos hoje, já foi formalmente apresentado aos profissionais da saúde desde a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde, em 2004. Já está inserido nas Diretrizes Curriculares Nacionais de diversos cursos de formação de profissionais da saúde, desde 2001, e na Política Nacional de Atenção Básica, desde 2006. Porém, tendo em vista o baixo número de artigos publicados por enfermeiros, tendo como temática principal as ações de EPS no âmbito da atenção básica, infere-se que o conceito ainda não está completamente inserido no cotidiano desses profissionais.

Ainda são encontradas confusões de conceito a respeito de educação permanente e educação continuada, sendo que alguns autores consideram os dois termos comuns, enquanto outros apontam diferenças marcantes de significados entre eles.

Neste estudo, apontamos a EPS como a ação educativa desenvolvida dentro do ambiente de trabalho, com conteúdo elencado a partir de interesses e dificuldades despertadas pelos próprios trabalhadores, levando em consideração todo o conhecimento que esses profissionais já trazem sobre determinado assunto, utilizando metodologias distintas das tradicionais, voltadas para a problematização, tendo sempre como objetivo final a transformação do processo de trabalho a fim de melhorar os cuidados aos pacientes.

Nos artigos analisados, enfermeiros e demais profissionais da atenção básica relatam suas experiências com ações de EPS. Os profissionais apontam fatores, como o local e o horário de realização da atividade, os conteúdos abordados e a interferências dessas atividades sobre o processo de trabalho. Verificou-se que os profissionais reconhecem a importância das atividades educativas, em suas mais diversas formas, incluindo EPS, cursos, especialização, seminários, entre outros. Entretanto, vários desses profissionais citaram fatores, como atividades desenvolvidas fora do ambiente de trabalho, com conteúdos não relacionados com sua prática diária, sem participação efetiva de todos os envolvidos, como fatores dificultadores da realização de tais atividades. Outro item presente nos discursos dos profissionais foi o predomínio de metodologias tradicionais durante o desenvolvimento das ações educativas.

Diante do exposto, conclui-se que o conceito de EPS não está inserido por completo no cotidiano dos profissionais de enfermagem da atenção básica. Ações educativas são

desenvolvidas, porém não raramente fogem dos moldes previstos na EPS e ainda trazem traços do conceito de Educação Continuada, marcada por ações fragmentadas, fora do ambiente de trabalho, com conteúdos definidos sem a participação dos profissionais e que não interferem diretamente no processo de trabalho desses profissionais na atenção básica.

Mudanças de concepções requerem tempo e dedicação por parte dos envolvidos. Assim será no que se refere à completa inserção da EPS no dia a dia dos profissionais da saúde, principalmente dos profissionais de enfermagem. Fatores, como valorização profissional, comprometimento dos profissionais e gestores, modelos de gestão participativa, preparo dos profissionais para agirem como educadores, são fundamentais para uma caminhada mais concreta rumo à EPS. Este trabalho mostra a necessidade de se investir em pesquisas direcionadas a ações educativas em atenção básica e a importância da participação dos profissionais de enfermagem nesse processo.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Vanessa Baliego de Andrade; Ferreira, Maria de Lourdes Silva Marques; Barbosa, Pedro Marco Karan. Educação permanente em saúde: uma estratégia para a formação dos agentes comunitários de saúde. **Rev. Gaúcha de Enfermagem**; v. 33, n. 1, p. 56-63, mar. 2012.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes termos ou diferentes caminhos? **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 2, n. 2, fev. 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 198/GM/MS, de 13 de fevereiro de 2004**. Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para formação e do desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS nº 1.996 de 20 de agosto de 2007**. Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação em Saúde. **Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde. 2009**. 63 p. (Série B. Textos básicos de saúde) (Série Pactos pela Saúde 2006, 9).

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Câmara Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES, nº 3, de 7 de novembro de 2001.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Brasília; 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Câmara Nacional de Educação. **Resolução CNE/ES, nº 4 de 7 de novembro de 2001.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Brasília; 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação; Câmara Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES, nº 3 de 19 de fevereiro de 2002.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. Brasília; 2002.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal. 1988.

CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. **Interface Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 9, n. 16, p. 161-198, 2005a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v9n16/v9n16a13.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

CECCIM, Ricardo Burg. Educação Permanente em Saúde: descentralização e disseminação de capacidade pedagógica na saúde. **Ciência Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, p. 975-986, 2005b.

CORIOLOANO, Maria Wanderleya de Lavor *et al.* Educação permanente com agentes comunitários de saúde: uma proposta de cuidado com crianças asmáticas. **Trab. Educ. Saúde**, jun. 2012, vol.10, no.1, p.37-59. ISSN 1981-7746.

COSTA, Valdecir Zavarese da; CEZAR-VAZ, Marta Regina; CARDOSO, Leticia Silveira; SOARES, Jorgana Fernanda de Souza. Educação permanente no Programa Saúde da Família: um estudo qualitativo. **Invest. Educ. Enferm.**; 28(3): 336-344, nov. 2010. ilus.

FORTUNA, Cinira Magali; MATUMOTO, Silvia; PEREIRA, Maria Jose Bistafa; CAMARGO-BORGES, Celiane; Kawata, LAUREN Suemi; MISHIMA, Silvana Martins. Educação permanente na estratégia saúde da família: repensando os grupos educativos. **Rev. Latino-Americana de Enfermagem**; 21(4): 990-997, 2013.

GIRADE, Maria da Graça; CRUZ, Emirene Maria Navarro Trevizan da; STEFANELLI, Maguida Costa. Educação continuada em enfermagem psiquiátrica: reflexão sobre conceitos. **Rev. Esc. Enferm. USP**; 40(1): 105-110, mar. 2006.

LIMA, Josiane Vivian Camargo de; TURINI, Bárbara; CARVALHO, Brígida Gimenez; NUNES, Elisabete de Fátima Pólo Almeida; LEPRE, Rafaela de Lemos; MAINARDES, Priscila; CORDONI JUNIOR, Luiz. A educação permanente em saúde como estratégia pedagógica de transformação das práticas: possibilidades e limites. **Trab. Educ. Saúde**; 8(2) jul.-out. 2010. tab.

MENDES, Karina Dall Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enferm.**, Florianópolis, v.17, n.4, dez. 2008.

PAULINO, Valquiria Coelho Pina; BEZERRA, Ana Lúcia Queiroz; BRANQUINHO, Nayla Cecília da Silva Silvestre; PARANAGUÁ, Thatianny Tanferri de Brito. Ações de educação permanente no contexto da estratégia saúde da família. **Rev. Enferm. UERJ**; 20(3): 368-373, jul.-set. 2012.

PEDUZZI, Marina; DEL GUERRA, Débora Antoniazi; BRAGA, Carina Pinto; LUCENA, Fabiana Santos; SILVA, Jaqueline Alcântara Marcelino da. Atividades educativas de trabalhadores na atenção primária: concepções de educação permanente e de educação continuada em saúde presentes no cotidiano de Unidades Básicas de Saúde em São Paulo. **Interface Comun. Saúde Educ.**; 13(30): 121-134, jul.-set. 2009. tab.

PERES, Aida Maris; CIAMPONE, Maria Helena Trench. Gerência e competências gerais do enfermeiro. **Texto contexto - Enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 3, set. 2006 .

RODRIGUES, Andreia Cristinha Seabra; VIEIRA, Gisele de Lacerda Chaves; TORRES, Heloisa de Carvalho. A proposta da educação permanente em saúde na atualização da equipe de saúde em diabetes mellitus. **Esc. Enferm. USP**;44(2): 531-537, jun. 2010. ilus.

ROSSETTO, Maíra; SILVA, Luiz Anildo Anacleto da. [Ações de educação permanente desenvolvidas para os agentes comunitários de saúde.](#) **Cogitare Enferm.**;15(4): 723-729, out.-dez. 2010.

SAMPAIO, Rosana Ferreira.; MANCINI, Marisa Cotta. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. Bras. Fisioter.**, v. 11 n. 1, 2007.

SILVA, Adriana Marques da; PEDUZZI, Marina. Caracterização das atividades educativas de trabalhadores de enfermagem na ótica da educação permanente. **Rev. Eletrônica Enferm.**;11(3) set. 2009. tab

SILVA, Kênia Lara; SENA, Roseni Rosangela de. O processo de mudança na educação de enfermagem nos cenários UNI: potencialidades e desafios. **Rev. Bras. Enferm.** 2003; 56(4):412-6.

SILVA, Luiz Anildo Anacleto da; FRANCO, Gianfábio Pimentel; LEITE, Marines Tambara; PINNO, Camila; LIMA, Vera Márcia Lenhen; SARAIVA, Noemi. Concepções educativas que permeiam os planos regionais de educação permanente em saúde. **Texto & Contexto Enferm.**; 20(2): 340-348, abr.-jun. 2011.

APÊNDICE

Instrumento com as variáveis de interesse para análise das publicações

1-Título da publicação:
2- Referência da publicação:
3- Tipo de Estudo realizado:
4- Objetivo do Estudo realizado:
5- Descrição da atividade:
6- Conceito de Educação Permanente em Saúde utilizado pelo(s) autor(es)